

afirmação de Gontijo de Carvalho, é uma lição perene de civismo, e cuja vida privada, sem mácula, pura como a de um santo, é o orgulho da espécie humana”.

*

PADRE RAFAEL MARIA GALANTI S. J.

Pe. Hélio Abranches Viotti S. J.

Não cheguei a conhecer pessoalmente o historiador Pe. Rafael Maria Galanti. Quando entrei em 1918, como aluno, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, ainda ali se falava nele. Falecera seis meses antes, aos setenta e seis anos de idade, a 2 de agosto de 1917.

Ao sairmos do colégio a passeio, pela cidade e seus arredores, contornávamos o lanço do majestoso Teatro, junto ao qual, em depósito de materiais deteriorados, apontavam-me colegas mais antigos a cadeira de rodas, em que o historiador passara seus últimos quatro anos de vida.

Filho de Vicente Galanti e de Olímpia Pomponi, nascera Rafael Maria a 15 de novembro de 1840, em Cepparano na Província de Áscoli Piceno, vertentes orientais da cadeia dos Apeninos, em região da Itália central conhecida como “As Marcas”, pertencente aos Estados Pontifícios.

Pelas fotografias que dele restam, aparece-nos como sólido tipo romano, rosto quadrado, ombros largos, estatura mediana, olhar límpido e algo imperioso. Dizem os que o conheceram na intimidade que seu trabalho era particularmente franco e ameno. Nas aulas – no ano de 1913 completava ele seu quadragésimo segundo ano de magistério ! – era exigente e impunha muito respeito.

Aos 19 anos de idade foi recebido na Companhia de Jesus. O noviciado da Província romana estava localizado em 1860 em Avinhão, mas já no ano seguinte se transferia para Roma. De 1862 a 1865 cursou a Filosofia no Colégio Romano, atualmente Pontifícia Universidade Gregoriana.

Acabava a Província Romana de abrir sua missão religiosa no Brasil. Seu primeiro colégio no país, anterior aos de Itu e Recife, foi o do

Santíssimo Salvador, no Desterro, como então se denominava a capital de Santa Catarina. De 1 867 a 1 869, aí ensinou o jovem Rafael Galanti a Gramática (i.e. o Latim), a História, a Geografia e a Aritmética.

Havendo regressado a Roma para concluir seus estudos eclesiásticos, teve de interromper abruptamente ali sua Teologia, mudando-se, com muitos de seus colegas para a Inglaterra. A 20 de setembro de 1 870, entravam as tropas piemontesas na Cidade Eterna. Suspendeu-se o Concílio Vaticano I e os jesuítas se viram na contingência de abandonar a capital do Mundo Cristão.

Na Inglaterra (Roehampton, depois S. Asaph, na Nova Gales), passou ele quatro anos, ordenando-se sacerdote em 1 872. Daí se transferiu para a Bélgica, onde terminou sua formação jesuítica em Tronchiennes. Em 1 874, a 22 de novembro, encontrava-se de volta ao Brasil, no Colégio São Luís. Em Itu, além da direção de uma divisão de internos, ensinou até 1 878 o Inglês e a História, Universal e do Brasil.

Com dois outros jesuítas, foi então, a pedido de D. Macedo Costa, prestar serviços na vastíssima Diocese de Belém do Pará. No Seminário Episcopal ensinou Filosofia, Física e História Eclesiástica. Missionário, acompanhou visitas pastorais do grande prelado através da Amazônia. Na **História do Brasil** faz referência ao Rio Madeira e aos índios Muras, que conheceu **de visu**.

Percorreu, nessa e noutras viagens, várias outras províncias do Império, particularmente a Bahia, o Ceará e Pernambuco, onde visitou o cenário da Guerra Holandesa, como deixa entender em sua **História**. Por toda parte adquiriu preciosas amizades, obtendo informações sobre os fatos do passado. De volta a Itu em 1 882, aí permaneceu dezessete anos seguidos.

Além da assistência religiosa, que sempre dispensou à comunidade, alunos e empregados, lecionou a Língua Inglesa, de que publicou mais tarde boa **Gramática**, quatro vezes reeditada, e também a História. De 1 894 em diante, expressamente, a História do Brasil. Desde o ano anterior ocupou ainda o ofício de conselheiro do superior da Missão Romana.

Em 1 896, saía à luz o 1º volume de seu **Compêndio de História do Brasil**. A esse primeiro seguiram-se mais quatro, até 1 910. Para obra de tal vulto, francamente, não se ajusta muito bem o título de “compêndio” ! Prefiro dizer simplesmente **História**. Seguiu-se, entre 1 911 e 1 913, uma segunda edição, impressa, como a primeira em São Paulo, na Tipografia Duprat.

Para a elaboração dos primeiros quatro volumes, recorreu principalmente a fontes impressas, notadamente à coleção da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Jamais perdeu de vista a obra de Varnhagen, cuja inamistosa parcialidade em relação aos jesuítas rebateu sobretudo com a imparcialidade do protestante Southey.

Para o quinto volume, a **História da República** até 1910, valeu-se em boa parte do noticiário da imprensa diária e documentação oficial. Em Poços de Caldas, em casa de um grande amigo, o célebre Dr. Sanches, pode folhear exaustivamente a coleção do **Jornal do Comércio**. Tratava-se de obra pioneira !

Devo mencionar ainda seu **Compêndio de História Universal**, que mereceu cinco reedições, suas **Biografias de Brasileiros Ilustres** de não pequena utilidade para consulta, suas **Lições de História do Brasil**, de que se imprimiram cinco edições, estas sim verdadeiro “compêndio”. E, finalmente, sua **Pequena História do Brasil**, prodígio de condensação, “edição de bolso”... e “tábua de salvação” para gerações de estudantes, nas vésperas de exame !

Pela minuciosa divisão dos assuntos e numerosos índices, constituíram tais livros inovação para a época e ainda hoje se apresentam de grande utilidade para colação da matéria. Sobre eles, contudo, pouco se externou a modéstia do autor.

Em palavras “ao Leitor”, no 2º volume da **História do Brasil**, agradecendo a benevolência da acolhida dispensada ao primeiro, proclama com sinceridade o grande esforço empregado para, removidos enormes obstáculos, “procurar em tudo a verdade histórica”. Nossa história — proclama ainda — nos dispensaria, aos brasileiros, de apelar para exemplos do heroísmo e de inventividade intelectual de outros povos !

No elogio fúnebre que, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que fazia parte desde 22 de novembro de 1896, lhe traçou, na sessão magna de 21 de outubro de 1917, o orador oficial, Ramiz Galvão, lemos estes conceitos: “Italiano de origem, foi um brasileiro de coração”; “as viagens que fizera pelo nosso vastíssimo território, a longa permanência... nosso meio social, acenderam-lhe o amor pelo Brasil; deste sentimento nasceram os excelentes livros” do historiador.

E acrescenta, a propósito do valor intrínseco do texto galantino: “Em todos esses livros, brilha, a par de crítica muito sã, um metucioso cuidado na consulta das melhores fontes”. Os senões, que uma revisão acurada

poderia encontrar — digo eu — na sua obra, se devem a erros de suas fontes de consulta em geral...

Pertenceu Rafael Maria Galanti, como sócio correspondente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, ao Instituto Histórico de Santa Catarina e ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como sócio honorário, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia de Letras Pernambucana e ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Como bom jesuíta, dedicou sempre ardente afeto à sua Ordem Religiosa, à Igreja Católica acima de tudo e, não menos, à sua segunda pátria, o Brasil. “Não deixaremos” — escrevia ele a 31 de julho de 1902, festa de Santo Inácio de Loiola, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, sua morada nos dezoito últimos anos de vida — “não deixaremos de fazer quanto estiver em nossas mãos para enaltecer a glória da Terra de Santa Cruz” !

*

RIO BRANCO, DAS MISSÕES AO CONCLAVE

Hélio Damante

Falar do Barão do Rio Branco num seletto colégio de historiadores seria certamente redundante, não existissem algumas brechas nos compêndios e biografias.

Rio Branco não só escreveu História, como **fez** História. Sua obra erudita, das biografias de soldados do Império às monumentais **Memórias** sobre as Missões (em inglês) e sobre o Oiapoque (em francês), e as **Efemérides Brasileiras**, revela apenas o dedo do gigante, passando pela Geografia e a Cartografia.

Seria um historiador da estirpe de Varnhagen e de Capistrano, se a Pátria — **Ubique Patriae Memor** (em qualquer lugar lembrar a Pátria) — não o requisitasse para de seu gênio diplomático decidir todas as questões de fronteiras e obter a configuração territorial definitiva.

Corrigiu, pela arbitragem, o catastrófico erro de Quintino Bocayuva, no seu açodamento republicano, sobre a legítima posse brasileira do território das Missões, que lá se ia de mão beijada para a Argentina, em nome da solidariedade das nossas — ainda hoje — semi-repúblicas !